

HISTÓRIA DOS JOVENS NO BRASIL

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente / Publisher

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Superintendente Administrativo e Financeiro

William de Souza Agostinho

Conselho Editorial Acadêmico

Danilo Rothberg

Luis Fernando Ayerbe

Marcelo Takeshi Yamashita

Maria Cristina Pereira Lima

Milton Terumitsu Sogabe

Newton La Scala Júnior

Pedro Angelo Pagni

Renata Junqueira de Souza

Sandra Aparecida Ferreira

Valéria dos Santos Guimarães

Editores-Adjuntos

Anderson Nobara

Leandro Rodrigues

Mary Del Priore (Org.)

HISTÓRIA DOS JOVENS NO BRASIL

© 2022 Editora UNESP

Direitos de publicação reservados à:

Fundação Editora da Unesp (FEU)

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

www.livrariaunesp.com.br

atendimento.editora@unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

H673 História dos jovens no Brasil / organizado por Mary Del Priore. –
São Paulo : Editora Unesp, 2022.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5711-112-3

I. História do Brasil. 2. Jovens. I. Priore, Mary Del. II. Título.

2022-347

CDD 981

CDU 94(81)

Índice para catálogo sistemático

1. História do Brasil 981

2. História do Brasil 94(81)

Editora afiliada



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Sumário

Prefácio – História dos jovens no Brasil	7
<i>Mary Del Priore</i>	
Capítulo 1. Juventudes no Brasil colonial: tensões e resistências	13
<i>João Eudes do Nascimento Alves</i>	
Capítulo 2. Jovens e escravidões no Brasil	51
<i>Jonis Freire</i>	
Capítulo 3. Juventude dos filhos do imperador D. Pedro I: educação numa gaiola dourada	81
<i>Paulo de Assunção</i>	
Capítulo 4. Alice Clapp, uma adolescente no movimento abolicionista	121
<i>Miriam Zanutti</i>	
Capítulo 5. Jovens imigrantes e jovens descendentes: presença, trajetórias e vivências no Brasil (século XIX-século XXI) ..	153
<i>Ana Sílvia Volpi Scott e Maria Sílvia C. B. Bassanezi</i>	

Capítulo 6. Notas sobre a sexualidade e adolescência do Império à República	187
<i>Mary Del Priore</i>	
Capítulo 7. Esporte: coisa de mocidade, coisa de juventude.....	207
<i>Victor Andrade de Melo</i>	
Capítulo 8. História da juventude militar brasileira: a longa permanência das tensões entre o “ser adulto” e “ser jovem” dos alunos dos cursos de formação de oficiais do Exército brasileiro (1890-1970)	235
<i>Fernando da Silva Rodrigues e Fabio da Silva Pereira</i>	
Capítulo 9. Juventude comunista: o proletariado do amanhã (1927-1947)	271
<i>Jayme Fernandes Ribeiro e Vivian Zampa</i>	
Capítulo 10. Juventude e música	307
<i>Marcos Napolitano</i>	
Capítulo 11. Histórias em quadrinhos e juventude	341
<i>Savio Queiroz Lima</i>	
Capítulo 12. Juventude e rebeldia: notas sobre a geração brasileira de 1968	373
<i>Adrianna Setemy e Cláudia Mesquita</i>	
Capítulo 13. A educação do jovem afro-brasileiro e o trabalho técnico de nível médio	395
<i>Fabiana Costa</i>	
Capítulo 14. Jovens homossexuais: a homofobia estrutural na biografia de três jovens gays contemporâneos.....	427
<i>Luiz Mott</i>	
Capítulo 15. Jovens nos arquivos.....	467
<i>Renato Venancio</i>	
Sobre os autores	489



Prefácio

História dos jovens no Brasil

Mary Del Priore

O Brasil é um país de jovens? Era até pouco tempo atrás. O século XX lhes deu visibilidade e, ao mesmo tempo, produziu a impressão de que a juventude sempre existiu. E de que ela seria eterna... Mas não é: a juventude é uma idade social e historicamente determinada, condicionada por fatores evolutivos e condição social de cada jovem. Ela é também um dado biológico que transcende, vertical e horizontalmente, épocas e culturas. Prova disso é a entrada na puberdade. No século XVIII, ela se dava aos 16 ou 17 anos; no início dos anos 1900, aos 15 anos; hoje, aos 12 anos; e a tendência é a idade decrescer.

Atualmente, o lugar dos jovens em nossa sociedade e a representação que os adultos fazem deles nos permitem compreender nossa relação com a passagem do tempo e o ritmo das estações da vida. No entanto, durante séculos, a existência da juventude sequer era notada: escravizadas ou trabalhadoras prematuras, crianças pobres passavam diretamente da infância à vida adulta. É certo que havia algumas cerimônias que marcavam os diferentes tempos na vida delas (como no caso do quicumbi, ritual de circuncisão de afro-brasileiros ou afro-mestiços, herdado de

nações africanas), mas era corriqueira a integração precoce de crianças ao mundo do trabalho. Tempos depois, ao lermos os memorialistas dos anos 1920 e 1930, percebemos que a iniciação sexual se tornou o paradigma incontornável para marcar a entrada da criança na puberdade: rapazes deveriam se mostrar viris e fortes, e as jovens moças, estar prontas para se casarem. Esses exemplos demonstram que não falar da juventude não significa que não haja ritos de passagem.

A partir da década de 1940, os jovens já gozavam de autonomia e viviam sociabilidades específicas dessa fase. Entre a elite, por exemplo, a palavra “adolescente”, existente desde o século XVI, passou a designar a juventude burguesa. Uma juventude que multiplicou as ofertas de uma cultura assentada sobre condições econômicas e expandiu o mercado a ela destinado: o dos festivais de música, o das telas e televisões, o das revistas, o do esporte, o da moda, o da droga, entre outras atividades. Na base da pirâmide econômica, entretanto, outros jovens continuaram a lutar contra a desigualdade, o racismo, a precariedade de oportunidades, as dificuldades de acesso à educação. Sim, existem juventudes socialmente desiguais e, segundo a pertença social, elas são pensadas e vividas diferentemente. E tais diferenças são tratadas com excepcional cuidado por historiadoras e historiadores neste livro.

Sobre o período colonial, em “Juventudes no Brasil colonial”, João Eudes do Nascimento Alves analisa o descontentamento de autoridades públicas ou privadas com o comportamento dos jovens, notadamente os estudantes. De forma pioneira, o autor ilumina o tema da rebeldia juvenil e do desrespeito às prerrogativas do pátrio poder, como a escolha da profissão ou do cônjuge. Jovens de ambos os sexos resistiram, burlaram, improvisaram, fugiram e empreenderam novos ofícios. Para eles, a obediência cega aos pais era uma regra a ser contornada.

Em “Jovens e escravidões no Brasil”, Jonis Freire nos conduz ao universo do cativo, em que características como vigor físico, longevidade, rentabilidade e produtividade eram requeridas, sobretudo, dos escravizados jovens. A exploração da força de trabalho desses rapazes e dessas moças em diferentes regiões econômicas (as da cana-de-açúcar, da mineração, do café e das cidades); a identificação deles como

“moleques”, “molecotes”, “crioulinhas”, “negrinhas”, revelando as formas como a sociedade percebia esses jovens cativos; o desempenho cotidiano deles nas variadas formas de trabalho ou ofício; as formas de resistência que empregavam; todas essas situações desenharam o retrato pungente do nefando sistema escravista que os aprisionou.

Em “Juventude dos filhos do imperador D. Pedro I”, Paulo de Assunção nos leva para o interior do Palácio de São Cristóvão, sede do Primeiro Reinado, e nos apresenta em detalhes a trajetória dos cinco filhos sobreviventes do casal de imperantes D. Pedro I e Leopoldina: Maria da Glória (futura rainha D. Maria II de Portugal), Januária, Francisca, a frágil Maria Amélia, além de D. Pedro II. O autor examina com extremo cuidado as vidas desses jovens, revelando os estudos a que se dedicaram, os matrimônios que enlaçaram e, sobretudo, a falta de afeto com que viveram em uma gaiola de ouro: as armadilhas da Coroa os transformaram em “almas aprisionadas” e sem a desejada liberdade que tinham crianças e jovens de classes menos favorecidas.

Miriam Zanutti traz à luz a raríssima biografia de uma jovem abolicionista em “Alice, Clapp, uma adolescente no movimento abolicionista”. Filha do conhecido João Clapp, membro da Confederação Abolicionista, desde cedo Alice escreveu, traduziu, cantou e tocou piano a serviço da causa mais nobre de sua época: a luta abolicionista. Precocemente falecida, deixou rastros que a autora seguiu para dela fazer um retrato.

Especialistas sobre o tema, Ana Silvia Volpi Scott e Maria Sílvia C. B. Bassanezi, em “Jovens imigrantes e jovens descendentes”, trazem à tona a vivência de jovens que, aos 12 anos de idade, já eram considerados “adultos” e vistos tanto nas fazendas com a enxada sobre o ombro como nas capitais industriais atrás das máquinas. Rapazes também eram empregados em trabalhos de ruas, e as meninas, encaminhadas para o trabalho doméstico ou no pequeno comércio. Importante era acreditar que “com trabalho e perseverança tudo se alcança”. O que mudou e como sobrevivem hoje os jovens imigrantes?

Em “Notas sobre a sexualidade e adolescência do Império à República”, traço um amplo retrato da construção de papéis sociais de jovens homens e mulheres e a descoberta de sua sexualidade em botão. Procuo

mostrar não apenas como os jovens eram vistos, mas também como eles se descobriam jovens.

Em “Esporte: coisa da mocidade, coisa da juventude”, Victor Andrade de Melo aponta os eventos que levaram os jovens brasileiros “raqúiticos e balofos” às quadras, raias e praias: o aparecimento dos clubes e das provas atléticas transformaram o esporte em espetáculo urbano. No século XX brasileiro, o futebol e o surfe ajudaram, de forma diferenciada, a definir o que era ser moço e jovem na sociedade de consumo.

Em “História da juventude militar brasileira”, Fernando da Silva Rodrigues e Fabio da Silva Pereira demonstram que a participação do Brasil nas duas grandes guerras revelou a necessidade de aprofundar a reorganização e a modernização do Exército brasileiro e de educar jovens cadetes de maneira profissional.

Jayme Fernandes Ribeiro e Vivian Zampa abordam em “Juventude comunista” o nascimento da “juventude revolucionária” que sonhava mudar o mundo. Entre 1920 e 1940, nasceram os primeiros diretórios nos centros acadêmicos e a Federação da Juventude Comunista do Brasil, base para a luta por melhores condições de vida daquele que seria o proletariado de amanhã.

O capítulo “Juventude e música”, de Marcos Napolitano, apresenta as novas visões de mundo e os padrões de comportamento que, a partir dos anos 1950, surgiram no país embalados pela música, especialmente pelo *rock'n'roll*. Nascia com essa geração uma indústria cultural voltada para jovens. As décadas seguintes conheceram a Jovem Guarda, a Tropicália e a MPB com um leque de produções que significavam diferentemente “choques estéticos”, “manifesto comportamental” ou “cultura da resistência”. E, ao som de vários sucessos, o autor nos faz chegar às “tribos dos anos 1980” e ao *rap* da periferia, cuja voz canta a opressão do sistema, a exclusão e a violência. Uma viagem no tempo, mas, sobretudo, uma demonstração de que, em meio século, a noção de “juventude” ganhou diferentes sentidos e se popularizou na cultura de massa, na política, na sociologia, na psicologia, entre outras áreas, e a música foi a partitura sobre a qual essa história foi escrita.

Outra fonte de reflexão é o capítulo “Histórias em quadrinhos e juventude”, de Savio Queiroz Lima. Ao seguir o fio que vai do aparecimento das primeiras caricaturas de Angelo Agostini e Henrique Fleiuss ao *Tico-Tico*, do *Pato Donald* aos romances cor de rosa de *Grande Hotel* e *Capricho*, desses aos *fanzines*, ao *Pasquim* ou às *graphic novels*, e dos animais humanizados aos super-heróis, o autor avalia como os jovens não apenas riram e se divertiram com quadrinhos, mas também foram cerceados e vigiados, pois a cultura dos quadrinhos registrou mudanças e permanências do controle sobre nossos jovens ao longo do tempo.

Em “Juventude e rebeldia”, Adrianna Setemy e Cláudia Mesquita descortinam o tema da rebeldia antes, durante e depois dos anos de chumbo. Da influência de movimentos internacionais ao engajamento político na resistência, das revistas de grande circulação aos textos de teatro e festivais da canção, passando pelo chamado “desbunde”, ou seja, a contrapartida dos que não se exilaram (ou foram exilados) nem pegaram em armas contra a ditadura, a “combustão dos espíritos jovens” estava presente. Uma série de depoimentos de intelectuais e artistas ativos na época revela a nostalgia de uma juventude rebelde.

Em um texto engajado e autobiográfico, “A educação do jovem afro-brasileiro e o trabalho técnico de nível médio”, Fabiana Costa demonstra com pertinência como grande parte dos jovens afro-brasileiros sofre a dificuldade prematura de se autoafirmar dentro da sociedade por causa da cor de pele, da ascendência e dos estigmas carregados desde os primórdios da história do país. Costa aponta também a história de superação de muitos protagonistas que cursaram o ensino técnico e venceram o racismo e a desigualdade, a começar por Machado de Assis.

Em “Jovens homossexuais”, um ensaio inédito de ego-história, o sempre corajoso e pioneiro ativista Luiz Mott revela a história de três jovens gays (inclusive a dele), acompanhando a luta deles contra a violência e o preconceito e os caminhos de superação e afirmação de suas identidades. Como bem diz o autor:

Todo mundo nasceu para ser feliz. É preciso ter muita coragem para enfrentar a barra de ser *gay*, transexual ou lésbica neste mundo em que a maioria das pessoas ainda considera os LGBT como seres inferiores. Vale a pena insistir: nós é que estamos certos, os homotransfóbicos, aqueles que discriminam, é que estão errados.

Contudo, para leitoras e leitores que desejam aprofundar os conhecimentos sobre a história dos jovens no passado, “Jovens nos arquivos”, de Renato Venancio, é um texto essencial. O autor nos toma pela mão e nos faz conhecer fundos e coleções em que o tema da juventude se esconde ou se exhibe. Nos arquivos públicos ou privados, é preciso um minucioso trabalho de investigação para não cair em armadilhas da diversidade de fontes. Mas os testemunhos de vidas jovens estão à espera daqueles que desejam descortinar as experiências de nossos antepassados quando jovens.

Em *História dos jovens no Brasil*, voltamos ao passado para melhor compreendermos nosso tempo e a sociedade de que somos parte, produto e testemunho. E o passado é fundamental. Raízes, heranças e permanência estão lá. Nosso presente é cego quando ele se quer independente e detentor de “autointeligibilidade”, como alertava o historiador francês Marc Bloch. Não podemos nunca imaginar que escravidão, repressão, ditadura e cultura de massas não tenham nada a ver com a contemporaneidade. Pelo contrário: elas demonstram que nossa “modernidade” é habitada pela recorrência não apenas de problemas e diagnósticos, mas também de soluções que nos foram legadas. Para entendermos e caminharmos ao lado dos jovens de hoje, ouçamos os jovens do passado.

Juventudes no Brasil colonial: tensões e resistências

João Eudes do Nascimento Alves

Rebeldes por todos os lugares, em todas as épocas

Recife, 1839, o padre Lopes Gama, dono e único redator do jornal *O Carapuceiro*, publica uma crítica mordaz contra a juventude do seu tempo. Combinando saudosismo e escândalo, o artigo denunciava uma geração desavergonhada e petulante, mais conhecedora das quadrilhas que das orações; que tinham por livros de cabeceira as “pestilenciaes novelas” e as “poesias eroticas” em vez dos “evangelhos” e das “epistolas de São Paulo”. Meninos e rapazes desrespeitosos para com os mais velhos e afoitos por opinar e falar alto nas rodas de conversa, quando o recomendado para a sua idade era apenas o ouvir de boca fechada. Não bastasse isso, durante a missa, punham-se a paquerar o tempo inteiro, dando as costas ao Santíssimo Sacramento para repararem nas moças e quase já não tomavam a bênção aos pais! “O que seria aquilo senão o fim do mundo?!” , inferia o piedoso gazeteiro.

Por séculos a juventude provocara opiniões controversas de seus observadores, mas antes do século XX, quando se inaugura uma noção

positiva dessa fase, a balança invariavelmente pendera à uma percepção negativa. Segundo os manuais de medicina da modernidade, aquela era a fase dos humores quentes e secos, isto é, da inconstância, da vaidade, da imprudência e da ingenuidade e da ira e da astúcia. No *Vocabulario portuguez & latino*, de Rafael Bluteau (1712-1728), os termos “mocidade” e “adolescência” quase se confundem, ambos apontando para um período cronológico dos 10 ou 14 aos 25 anos nos rapazes e dos 12 aos 21 nas moças, “porque só até este tempo se cresce”.

Aclimatando tal definição ao cenário da América Portuguesa, sobretudo nos primeiros séculos da colonização, observa-se que, uma vez sucedida a infância, já aos 10-11 anos, a “mocinha” e o “rapazinho”, verdadeiros adultos em miniatura, passavam a ser dotados de responsabilidades para com a família e o Estado. A propósito, a historiadora Mary Del Priore e autores como Manolo Florentino e Fábio Pestana Ramos, em visita aos arquivos coloniais, apresentaram em alguns trabalhos os inúmeros casos de crianças escravas, pobres e livres que tinham a infância ou adolescência roubada pelo trabalho ou casamento precoce.

Mas se a enxada e o batente predominam nos relatos sobre os adolescentes quinhentistas, também é verdade que datam já desse período as primeiras queixas sobre as suas rebeldias. Trazidos ainda meninos para a colônia pelos padres jesuítas, órfãos portugueses resgatados das ruas das cidades portuárias da Metrópole, aqui eram catequizados com os pequenos curumins. Quando esses últimos chegavam à adolescência, abandonavam a vida nas escolas e voltavam a viver nas matas. Logo, os primeiros os acompanhavam, abandonando a pedagogia inaciana e adotando os usos e costumes das aldeias.

No Setecentos, porém, sobretudo no último quartel do século, é que os discursos descontentes de autoridades públicas e domésticas sobre o comportamento dos jovens começam a soar semelhantes aos daquele do padre carapuço. A política do então primeiro-ministro português, o marquês de Pombal, alinhada ao Iluminismo crescente na Europa, durante o governo de D. José I (1750-1777), ficou marcada pelas medidas de racionalização do Estado, secularização do ensino, perseguição aos privilégios da nobreza e consequente perda de influência da Igreja.

Tudo isso, na visão da elite portuguesa, em grande parte conservadora, acentuava o potencial desordeiro e ameaçador da esfuziante juventude.

Com a subida ao trono de sua filha, D. Maria I, a Piedosa, tem-se então um período imediatamente posterior que ficou conhecido como a “Viradeira”. Pombal seria demitido e expulso da corte, e com a sua saída emergiram ao primeiro plano a nobreza arcaica e a Inquisição adormecida. Nesse novo cenário político-social, observaremos os correntes embates geracionais entre pais e filhos, jovens súditos e oficiais poderosos, o novo e o velho, o moderno e o antiquado.

Na universidade reformada de Coimbra, estudantes e professores luso-brasílicos tornaram-se os primeiros alvos dos tribunais civis e religiosos, conforme expôs Bella Herson (2003) em fascinante pesquisa sobre os cristãos-novos na medicina brasileira. Nos corredores, laboratórios, bibliotecas e dormitórios, circulavam as “maléficas” ideias iluministas, como uma praga sorrateira disseminada por meio de livros ilícitos e reuniões sigilosas.

Em 1779, o fluminense e futuro dicionarista Antônio Morais Silva, 23 anos, e outros estudantes coimbrenses foram investigados pelo Santo Ofício por quebrarem a tradição de não comer carne no período da Quaresma – os infratores assaltaram um armazém de presuntos e, no cúmulo da indisciplina e audácia, cozinhavam-nos nos fornos destinados às experiências químicas do laboratório. Depois, na república estudantil onde moravam, enquanto saboreavam o “fruto” proibido, promoviam reuniões filosóficas para discutir ideias culposas, tais como: “as mulheres por uma Ley da natureza e não por castigo do pecado original sofríam dores dos partos”, além de ler os franceses Montesquieu, Voltaire e Rousseau, este último citado com apaixonado calor e louvado como profundíssimo filósofo.

Morais Silva escaparia do malfadado destino, a prisão, porque, tendo sido avisado a tempo, fugira de Coimbra escondido num carro de feno rumo a Lisboa e, em seguida, viajou para Londres. Os demais envolvidos seriam todos interrogados e presos. No ano anterior, outro brasileiro apareceria na lista de penitenciados pelo Santo Ofício: Francisco de Mello Franco. Sua descrição: natural de Paracatu, Minas Gerais, 21

anos, herege, naturalista e dogmatista que negava o sacramento do matrimônio. Recluso no convento de Rilhafoles, fora libertado somente em 1781 e, com permissão régia, conseguiu retomar os estudos e se formar em medicina em 1786.

Convicto de suas ideias e princípios, Mello Franco encontraria na escrita uma engenhosa maneira de ser ouvido. É atribuída a ele, entre outras obras, a autoria da sátira *Reino da Estupidez*, publicada anonimamente em 1785. O explosivo poema épico, dividido em quatro cantos, era uma metáfora da sua própria realidade. No enredo, a deusa Estupidez era a protagonista. Deposta dos tronos europeus pelo avanço das Luzes havia algumas décadas, tentava a todo custo reaver seus dias gloriosos, contando com a ajuda de uma escolta fiel formada pela Hipocrisia, Superstição, Fanatismo, Raiva e Inveja. Qual seria o desfecho? Vitória ou derrota da deusa? A indicação da leitura é a melhor resposta ao curioso leitor.

O fato é que, no plano real, quão grandes fossem os mecanismos de adestramento e silenciamento empregados no controle dos/das insurgentes, mais barulhentos e hábeis estes se mostravam na busca por seus interesses. Por essa época, ventos de discórdia sopravam continuamente em Portugal e nos seus domínios, não apenas nos espaços públicos, mas também nas residências particulares. As colunas que sustentavam uma estrutura familiar consolidada há séculos, em que os destinos de cada um já estavam traçados desde o seu nascimento, começavam a apresentar diversas rachaduras.

O desrespeito a algumas prerrogativas do pátrio poder, quanto à escolha do ofício e do cônjuge de seus filhos, por exemplo, e a insubordinação juvenil cotidiana compunham a lista de causas de conflito entre as famílias reinóis e coloniais do período. Em 1779, o baiano Silvestre José de Almeida, 20 anos, foi sentenciado a seis anos de degredo no Estado da Índia pela corregedoria do crime de Belém, em Lisboa, a pedido de seu pai, José Félix de Almeida, capitão de navio, sob as acusações de furto, falsificação do sinal paterno para cometer golpes e subversão. Em outro ofício, o governador da capitania da Bahia, sob apuração de testemunhas, afirma que o real motivo da solicitação paterna era um

casamento indesejado, pois a moça escolhida pelo rapaz era de família pobre. A autora Philomena Antony (2013) conta ainda de outro jovem, também da Bahia, chamado Manoel Pessoa, funcionário do Conselho Municipal, que foi enviado para a Índia por solicitação de sua mãe e seu irmão, os quais esperavam que melhorasse de seu gênio violento e do seu mau comportamento.

No Rio de Janeiro, em 1817, a viúva D. Rosa Angélica da Silva Velho também enxergou na pena de degredo para a Índia uma solução capaz de remediar a desobediência de seu filho, Domingos Velho da Silva, tenente de cavalaria do Rio Grande adido na Corte fluminense. Na petição encaminhada a D. João VI, ela se lastimava de sua conduta indecente, ociosidade e amizade com más companhias que o desencaminhavam para prostíbulos e botequins.

O imaginário da época – senso comum e até científico – elencava algumas razões para os referidos “desatinos”, a saber, o temperamento, de acordo com o gênero e idade, o clima e a localização geográfica, a alimentação, o espaço citadino, as más amizades e o mau exemplo dos benfeitores, além da falta ou excesso de mimo. O historiador Nuno Gonçalo Monteiro (2011) sugere, para o contexto metropolitano, o papel da literatura, mas especialmente do teatro e da ópera, na difusão de novos valores e comportamentos. No Brasil, prevalece a interpretação entre os historiadores de que essas ideias chegaram por aqui na segunda metade do século XVIII, por meio do tráfego ultramarino de comerciantes e estudantes, e se disseminaram principalmente na forma de leitura oralizada nos principais centros urbanos.

Vale ressaltar que os documentos sobre querelas familiares não são expressivamente numerosos nos arquivos e que poucos resistiram aos preceitos da lei, às chamadas e ao tempo – em 1784 uma lei outorgada pela rainha D. Maria I ordenava que os processos com temas moralmente delicados fossem queimados após seis meses da deliberação final do magistrado, a fim de garantir às famílias o decoro e a reputação. Os registros sobreviventes têm, por seu modo, um imenso valor, pois são como faíscas teimosas que saltam do meio das cinzas trazendo à tona sujeitos e eventos desconhecidos.

No clássico *Sobrados e mucambos*, Gilberto Freyre (2013) faz uma análise brilhante acerca da ascensão e consolidação da juventude nos espaços públicos de poder ao longo do Oitocentos, sendo o reinado de D. Pedro II, o garoto-rei, o momento de acentuação desse novo modelo político-social, quando jovens de 20, 30 anos ocupavam de forma sistemática postos na administração. Tempos de independência e até de revolta dos mais novos para com as cãs dos mais velhos. De valorização da formação acadêmica, livresca, no lugar da experiência prática e de exaltação do secularismo à revelia da religião.

Em contrapartida, Freyre (2013, p.279) imagina os tempos coloniais pura e simplesmente como a antítese daqueles ditos modernos, isto é, uma “época de gente boa, de respeito dos filhos aos pais, de homens direitos e fortes que chegavam a ‘grandes idades’ [...] sem os moços tomando os lugares dos velhos”. Mas será mesmo que inexistiam conflitos dentro do sistema patriarcal nos tempos idos? Os jovens correspondiam perfeitamente ao ideal proposto pelas instituições normativas na sua prática cotidiana? O acesso a novas fontes nos permite tornar esse passado um pouco mais verossímil. Convido o leitor a revisitá-lo comigo.

Destinos reinventados: ofícios e escolhas juvenis

Sessenta e oito verões bem vividos, algumas marcas de expressão acentuadas no rosto, o cansaço natural da visão, mãos já não tão hábeis e uma parca cabeleira cor de leite sobre a cabeça calva. Eis os sinais do tempo na compleição do baiano José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu (1826). Nenhum desses atributos, porém, seria capaz de ofuscar sua mente brilhante, ainda excepcionalmente lúcida e perspicaz. Ávido escritor, munido de pena, papel e tinta, a tríade que tornava suas ideias tangíveis, ele foi o autor de uma bibliografia diversa sobre o direito, economia, história e literatura.

No ano em que recebeu os títulos de conselheiro d’el rei do Brasil e barão de Cairu (1824), escreveu a *Constituição moral e deveres do cidadão, com exposição da moral pública conforme o espírito da Constituição do*

Império (Lisboa, 1824-1825), obra na qual ficam evidentes a sua capacidade retórica e o seu poder argumentativo. No texto, o autor convoca todos os grupos sociais a cumprir com determinados papéis, indispensáveis à prosperidade da nação e riqueza do recém-nascido Império. A família, por sua vez, célula *mater* da sociedade, era o epicentro desse exercício coletivo.

Cônjuges, pais e filhos tornavam-se corresponsáveis do sucesso ou declínio da nação à qual pertenciam. Os pais, especialmente, detinham preceitos capitais: “manutenção, educação, imparcialidade, correção, patrimônio, exemplo e conselho”. Ao longo do capítulo XXIII, cada um desses pontos é abordado pelo autor, mas no que se refere ao “conselho”, escreve:

[...] se este [o pai] tem capacidade de o dar, e de bom modo, aos filhos quando pretendem obrar com imprudência. Este arbítrio é quase sempre de mais feliz efeito nos filhos que chegaram ao uso da razão, do que o absolutismo do pátrio poder [...]. É inútil, e injusto, empregar este poder em forçar vocações e fazer ou impedir casamentos, contra o gênio, e inclinação dos filhos; é imprudente o duro exercício da autoridade, ainda que paliada pelo motivo de amor paterno [...]. (Lisboa, 1824-1825, parte III, p.110)

Quanto aos filhos, legítimos ou naturais, cabiam-lhes os deveres impreteríveis de obediência, honra, reverência, afeto e compaixão. A obediência, no entanto, deveria ocorrer em tudo o que fosse factível e não poderia estar desarticulada das leis de Deus e do Estado, salienta o autor. Em outro trecho, o jurista disserta acerca do amor filial: “não consiste em submissão passiva e cega à vontade dos pais; mas em obséquio racional” (Lisboa, 1824-1825, parte I, p.104). A não observância desses direitos e deveres resultaria em desordem social.

A forma como Silva Lisboa equilibra na balança os pesos da autoridade paterna e liberdade filial pode ser a expressão de um pensamento que valorizava tanto a solidez das tradições e instituições sociais quanto a ousadia necessária dos tempos modernos. Ainda assim, a contundência empregada em seus argumentos refletia, de certo modo, as marcas de sua própria história. O velho barão de Cairu, agora pai e avô, outrora

ocupou o lugar de filho. E antes de acumular tanto prestígio em sua carreira profissional, José da Silva Lisboa um dia fora um simples estudante.

De acordo com estudiosos, com 8 anos de idade, tendo completado os estudos das primeiras letras com um professor particular, o garoto promissor, filho de pai lisboeta, Henrique da Silva Lisboa, e mãe baiana, Helena Nunes de Jesus, iniciou seus estudos preparatórios para habilitar-se à Universidade de Coimbra. No Convento das Carmelitas, na cidade da Bahia, sua cidade natal, estudou gramática latina, filosofia racional e moral, e, posteriormente em Lisboa, concluiu o curso de retórica e arte poética.

Em 1774, ano de seu 18º aniversário, matriculou-se na Universidade de Coimbra disposto a seguir a carreira eclesiástica, tal como fariam dois de seus irmãos. Seu desempenho acadêmico, aliás, se mostrou tão excelente quanto aquele observado pelos frades baianos. Entusiasta das línguas, dedicou-se ao estudo do inglês, do grego e do hebraico, os dois últimos com o propósito de ler os textos bíblicos no original. O que lhe era agradável, entretanto, tornar-se-ia igualmente útil. Em 1778, a sua proficiência nos idiomas antigos seria reconhecida num concurso público da Universidade de Coimbra para o cargo de professor substituto de grego e hebraico, o seu primeiro emprego.

Decorrido o espanto inicial de condiscípulos e mestres em virtude da ousada candidatura de um colono de 22 anos a um cargo tão respeitado, Silva Lisboa granjeou pouco a pouco o respeito e a admiração de seus pares. Em contrapartida, o seu relacionamento com o pai ficaria estremecido. Naquele ano, indo contra a disposição paterna, o rapaz tomara uma decisão que alteraria de vez o curso de sua vida. Resoluto, dispôs: não voltaria para casa como sacerdote. O benfeitor, em represália, cortou-lhe a mesada, crendo numa possível reconsideração do filho. Não aconteceu. A remuneração de professor substituto seria, pois, o sustento oportuno nos dois últimos anos de faculdade.

Já recém-formado, o bacharel transferiu-se para a Corte e, por meses, tentou na Coroa um lugar na magistratura do Reino. Sua petição, entretanto, não seria atendida de forma integral. Retornaria à cidade natal em 1780, com uma recomendação da Secretaria de Estado e Ultramar